

Mudanças climáticas no século: o que eventualmente poderá acontecer?



» ALDO PAVIANI
Geógrafo e professor
emérito da UnB

Estamos atravessando período de mudanças de tempo, que chegará às mudanças climáticas tendo um período maior e não se preverá as consequências do que ocorrerá em frente. Aqui e ali, há acontecimentos que se manifestam de modos diversos. Chuvas intensas no sudeste da Ásia; vendavais no Pacífico Sul; temperaturas baixas na América do Norte e América Central; frio intenso nos países nórdicos, e assim por diante. O desafio será voltar ao que era há alguns anos, tido como “normal”. Alguém exclamou: “O clima está esquisito”. De fato, não se trata desse fenômeno, mas de tempo. O clima é definido como um período muito maior, no mínimo 10 anos no percurso num país ou numa região.

O frio no Hemisfério Norte, em nossos dias, tem sido severo, causando preocupação na hora de se mover para o trabalho, para compras ou outras atividades que requerem a mobilidade extra residencial. Se a pessoa utilizar automóvel, poderá ficar retido no lamaçal existente nas ruas, obrigando o uso de pá mecânica para limpar a neve que se acumula nas vias utilizadas na mobilidade urbana. No caso de frio intenso, muitos são dispensados de ir ao trabalho e se adotam os afazeres residenciais de cada um, que é um modo

de fazer muito usado na época de inverno congelante. Passado o inverno, volta-se para a vida e à mobilidade costumeira e ao que se denomina “vida normal”.

Mesmo não se possuindo “bola de cristal” para antecipar certos acontecimentos, a vida do dia a dia é seguir o que sempre é usual a realizar, faça frio ou calor. É o que se passou a denominar “vida costumeira”, em que os trabalhadores executam suas atividades rotineiras, diariamente, seja em escritórios, seja em outro lugar. Se o trabalhador for ao trabalho o período normal em qualquer dia do mês, não deverá encontrar dificuldades para que a mobilidade seja realizada, a menos que seja anunciada tempestade pela frente, que poderá dificultar quem anda a pé.

No Brasil, as tempestades raramente ocasionam grandes prejuízos com efeitos e danos materiais. Quando ocorrem são pontuais, e em certos pontos da grande área do Brasil. No Norte ou no Sul, derrubam árvores e destelham casas. Mas não surgem devastadoras como ocorre em países do Hemisfério Norte, particularmente nos Estados Unidos e no Canadá, ambos atingidos ao longo do ano por fortes temporais e ventos com mais e 100km por hora. Por isso, casas e empresas são construídas com estruturas capazes de suportar períodos bem adversos. Não é o caso do Distrito Federal (DF), onde foi construída Brasília, formada pelo Plano Piloto, o centro histórico e os núcleos urbanos esparsos no território do DF, as Regiões Administrativas (RAs). O território do DF, de 5.800 km², é um dos menores se for comparado às demais unidades da Federação brasileira.

Em certos pontos do território sul-americano

haverá tempestades e chuva de granizo. Nesse caso, algumas culturas agrícolas sofrerão com a chamada “chuva de pedras”. Culturas com folhas, como o cultivo de milho, independentemente do estado de crescimento, sofrem muito com a chuva de granizo, pois as “pedras” danificam muito as folhas desse cultivo, assim como de outras folhosas. Então, ao plantar a semente de milho, o agricultor tem que se munir de informações sobre o tempo durante esse tipo de cultivo. Poderá ocorrer seca; período chuvoso; período de chuvas normais, pois nenhuma previsão do que acontecerá conta com 100% de exatidão.

No Centro-Oeste brasileiro há relativa facilidade de prever o tempo, pois é normal haver um período de seis meses com chuvas (por vezes esparsas no território) e período de seis meses de estiagem, o que dificulta o plantio de alguns vegetais. Os agricultores conhecem esse sistema pluviométrico, pois raramente é muito irregular. Nesse caso, o solo é usado de acordo com as necessidades de água do que for plantado. Quando houver grandes plantações, o agricultor pode utilizar o saber de especialista, como o de engenheiro agrônomo, que tem conhecimento científico do que um grande agricultor precisa saber antes de pôr sementes no solo. Hoje em dia, não se fazem cultivos sem observar o lado científico-técnico necessário que certas plantações requerem no êxito em suas lavouras. Sempre se tem vantagem em cultivar o chão com apoio de especialistas, que dão o rumo certo a todos os cultivos, pois contam com o saber técnico-científico nessa área e terão conhecimento do que acontecerá durante o ano-agrícola.

Decisão da ONU impõe o fim da relativização do racismo no Brasil



» LUANA GÊNOR
Presidente e diretora
Executiva do ID_BR —
Instituto Identidades
do Brasil

A recente decisão da Organização das Nações Unidas (ONU) de reconhecer o tráfico transatlântico de africanos escravizados e a escravidão racializada como o maior crime contra a humanidade estabelece um novo marco no debate global sobre direitos humanos e memória histórica. A resolução evidencia a dimensão histórica, econômica e social desse sistema, responsável por deslocar milhões de pessoas à força ao longo de séculos, desestruturar sociedades inteiras e consolidar hierarquias raciais que ainda hoje organizam o acesso a direitos, oportunidades e poder. Mais do que um gesto simbólico, trata-se de um reposicionamento político e institucional que confronta uma narrativa ainda presente no Brasil: a de que o racismo no país seria mais brando, difuso ou menos grave do que em outras sociedades. Ao explicitar a abrangência numérica, geográfica e temporal desse fenômeno, a decisão impõe a necessidade de reconhecer o racismo como um elemento estrutural, contínuo e determinante das dinâmicas sociais contemporâneas.

Não se trata apenas de uma análise histórica ou de um exercício de memória. Trata-se de compreender como essas estruturas se manifestam de forma concreta no cotidiano e seguem produzindo exclusões sistemáticas. Situações aparentemente corriqueiras revelam a permanência dessas desigualdades, afetando trajetórias individuais, restringindo horizontes e limitando o desenvolvimento coletivo. O racismo, nesse sentido, não pode ser tratado como uma questão restrita à população negra ou indígena, tampouco como um tema periférico no debate público. Trata-se de um problema social amplo, que compromete o potencial econômico, fragiliza a coesão social e reduz a capacidade de inovação e crescimento sustentável do país.

É fundamental esclarecer que o reconhecimento da escravidão e do tráfico transatlântico como o maior crime contra a humanidade não implica a hierarquização de sofrimentos históricos nem a relativização de outras tragédias. Não se trata de estabelecer comparações entre diferentes experiências de violência, mas de dimensionar os impactos de um sistema que atravessou continentes, perdurou por séculos e estruturou economias globais. Seu caráter transatlântico evidencia uma escala sem precedentes, tanto em termos de duração quanto de abrangência, cujas consequências ainda hoje organizam desigualdades sociais, econômicas e políticas. Esse reconhecimento contribui para deslocar o debate da comparação de dores para a compreensão das estruturas que sustentam essas desigualdades.

A decisão da ONU também revela tensões importantes no cenário internacional contemporâneo. Apesar de seu caráter histórico, a resolução enfrentou resistência, expressa em votos contrários e abstenções de países como Estados Unidos e Argentina. É necessário distinguir governos de suas populações, evitando generalizações simplificadoras, mas também é imprescindível reconhecer que tais posicionamentos refletem lideranças políticas que, de forma recorrente, colocam-se em oposição ao avanço de agendas de direitos humanos e de equidade. Esse contexto evidencia que o enfrentamento dos legados da escravidão e do racismo ainda encontra barreiras significativas, tanto no plano nacional quanto no internacional.

Diante desse cenário, o reconhecimento internacional deve ser compreendido como ponto de partida, e não como conclusão. Avançar exige mais do que declarações formais: requer a implementação de políticas públicas eficazes, a alocação adequada de recursos e a adoção de medidas estruturais que enfrentem as bases dessas desigualdades. Isso inclui discutir a redistribuição de poder, o acesso à terra, a ampliação da presença de pessoas negras e indígenas em espaços de decisão e a criação de mecanismos que promovam equidade de forma consistente. Trata-se de uma agenda que não beneficia apenas grupos historicamente excluídos, mas que fortalece a sociedade como um todo, ampliando sua capacidade de desenvolvimento e justiça.

Estamos, portanto, diante de uma oportunidade histórica de romper com um ciclo que se perpetua há gerações. Superar as consequências desse sistema exige ação coordenada, compromisso institucional e prioridade política. Não se trata de prolongar indefinidamente o debate sobre seus efeitos, mas de criar as condições concretas para superá-los. Promover a igualdade racial, nesse contexto, é promover um projeto de país mais justo, mais seguro, mais competitivo e mais próspero para todos.



Jesse Jackson e a dignidade que não cabe em bolhas



» LUCAS DE SOUZA MARTINS
Professor e pesquisador
em história diplomática
pela Temple
University (EUA)

» NILZA VALÉRIA ZACARIAS
Jornalista, é coordenadora nacional da Frente de Evangélicos pelo Estado de Direito

A morte de Jesse Jackson, pastor batista, líder dos direitos civis e duas vezes candidato à Presidência dos Estados Unidos, não deveria ser lembrada apenas como o fim de uma era geracional, mas como um alerta para o presente. Jackson, que emergiu nos anos 1960 como uma das vozes mais influentes da luta por igualdade racial e econômica, passou a vida ensinando algo que o Brasil parece ter esquecido: sociedades só mudam quando rompem suas bolhas morais e políticas. Ele mostrou que nenhuma transformação nasce do conforto identitário, ou da autossuficiência dos grupos que falam apenas para si mesmos. Justiça, para Jackson, era obra de coalizões improváveis, de alianças que atravessam fronteiras raciais, religiosas, econômicas e culturais. E é justamente essa lição que precisamos recuperar.

A imagem de Jackson em Iowa, em 1984,

falando a agricultores brancos devastados pela crise agrícola, sintetiza essa visão. Ali estava um líder negro vindo do Sul segregado, estendendo a mão a trabalhadores que, em tese, não pertenciam à sua base natural. Aquele gesto não era ingenuidade; era coragem moral e estratégia política. Jackson sabia que a injustiça é estrutural e que a dignidade humana não se organiza em categorias partidárias. Ele falava para os de baixo, independentemente da cor da pele, porque compreendia que a clivagem decisiva não é ideológica, mas entre os que sofrem e os que lucram com o sofrimento.

Essa leitura, que unia análise social e convicção espiritual, orientou a criação da Rainbow Coalition, uma aliança inédita que reuniu afro-americanos, latinos, sindicalistas, ambientalistas, agricultores, jovens e setores urbanos progressistas. Jackson recorria a uma base bíblica clara, expressa no livro de Gênesis, que afirma que Deus criou o ser humano a sua imagem e semelhança, conferindo dignidade intrínseca e sagrada a toda vida humana. Para ele, igualdade não era uma abstração, mas um compromisso. E compromissos só se sustentam quando atravessam fronteiras identitárias. Sua coalizão afirmava, na prática, o que Gálatas 3:28 formula de modo contundente: todos são um.

Essa travessia é também a história do Brasil. A desigualdade brasileira continua a ser sustentada por raízes históricas profundas, muitas vezes reforçadas por setores que ainda reproduzem visões hierárquicas sobre trabalho, mérito

e pertencimento. Quando um dirigente político afirma que “ócio demais faz mal” e questiona qual seria o lazer possível para um pobre do sertão, não se trata apenas de um comentário infeliz sobre produtividade; é a expressão de uma lógica que naturaliza a ideia de que alguns têm menos direito à vida plena. Nesse ambiente, marcado por iniquidades persistentes e por uma compreensão limitada do que significa dignidade, a política perde seu horizonte transformador e a esperança coletiva se enfraquece.

Mas há outra possibilidade. O legado de Jackson nos lembra que a força transformadora nasce quando olhamos para os vulneráveis, os órfãos, as viúvas, os estrangeiros e os pobres, não como destinatários de caridade, mas como sujeitos políticos. A fé, nesse sentido, não é fuga do mundo, mas compromisso com ele. O ativista e ministro cristão John Perkins, contemporâneo de Jackson, dizia que não basta dar o peixe nem ensinar a pescar; é preciso perguntar quem é o dono do lago. E lutar para que o lago seja de todos.

O legado de Jesse Jackson nos lembra que a política é um espaço de reconstrução coletiva permanente. Que grandes sociedades também caem, mas podem se levantar quando reconhecem sua própria potência através de sua diversidade. O Brasil ainda pode muito, mas só poderá se escolher, como Jackson escolheu, falar para além da própria bolha, construir alianças improváveis e reconhecer que somos, antes de tudo, iguais em dignidade e direitos, iguais na tarefa de reescrever a história.